



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

**Jornal do Dia**

SÁBADO, 09 :: ABRIL :: 2016

### **Incêndio em Cristinápolis: prefeito aparece como suspeito**

Novas informações aparecem na investigação sobre o incêndio ocorrido no prédio da Câmara Municipal de Cristinápolis, em 12 de fevereiro, dia em que os vereadores votaram o pedido de cassação do prefeito Raimundo Leal (PMDB). O Ministério Público da comarca local pediu que a Polícia Civil fizesse uma apuração complementar ao inquérito concluído em 11 de março, no qual quatro servidores da Secretaria Municipal de Transportes fossem indiciados pelo ataque.

Ontem de manhã, três destes indiciados foram presos por ordem do juiz da Comarca de Cristinápolis: o servidor Desiraldo Santos Silva, 31 anos, o 'Sinho', e os vigilantes José Erivaldo Arruda de Sobral, o 'Ero', 31, e Israel Marciano do Nascimento, 28. Segundo informações do delegado Paulo Cristiano Ricarte, responsável pelo caso, foram duas prisões temporárias e uma preventiva, que já tinham sido pedidas à Justiça na conclusão do inquérito. Os três foram detidos por policiais da própria Delegacia de Cristinápolis, com apoio de agentes da Delegacia de Umbaúba e da Coordenadoria de Polícia do Interior (Copci).

A decisão foi tomada agora, a partir das primeiras informações confirmadas pelas novas diligências pedidas pelo MP. Elas apontaram também para a existência de indícios contra mais dois suspeitos de participação na provocação do incêndio: o próprio prefeito Raimundo Leal e o secretário Sandro de Jesus, chefe imediato dos servidores indiciados. De acordo com o delegado, as suspeitas surgiram a partir de uma pista sobre o paradeiro das duas motos que foram usadas na execução do atentado.

"Quando o prefeito ficou afastado, o vice-prefeito assumiu o cargo e uma equipe dele ficou responsável por receber os encargos, ou seja, levantar patrimônio e a situação das repartições da Prefeitura. Neste levantamento, a equipe deu por falta de duas motos da repartição, justamente as que foram identificadas como as que estavam sendo usadas na madrugada do incêndio. Logo em seguida, se descobriu que uma das motos estava escondida na casa do prefeito, enquanto a outra estava em uma oficina. É um indício forte de participação, mas que ainda precisa ser esclarecido

nessa nova fase da investigação", disse Ricarte. Outros indícios indicam para o envolvimento direto do secretário Sandro, que seria o responsável por recrutar os servidores para causar o incêndio.

Na ocasião, o fogo destruiu o Arquivo Legislativo e a cozinha do prédio, onde foram derramados e queimados cerca de cinco litros de gasolina. Um dos envolvidos, Erivaldo, teve queimaduras graves pelo corpo e foi internado no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), em Aracaju. Para o delegado, o objetivo era tentar destruir os documentos da Comissão Processante instaurada pelos vereadores em novembro de 2015, para investigar denúncias de corrupção e outras irregularidades que teriam sido praticadas na gestão de Raimundo. O relatório final dos trabalhos, que estava guardado em outra casa, reafirmou as denúncias e resultou na cassação do prefeito, mas ele voltou ao cargo dias depois, por força de uma liminar do juiz Marcelo Barreto Pimenta, de Cristinápolis, que anulou a cassação.

O delegado Paulo Cristiano disse que outros depoimentos sobre o incêndio serão ouvidos pela polícia nos próximos 10 dias, incluindo algumas testemunhas e envolvidos que já tinham sido ouvidos no inquérito policial. Entre eles, está o quarto indiciado do caso, Josivan de Jesus Santos, 34, o 'Bolinho', que foi alvo de um mandado de condução coercitiva (quando a pessoa é obrigada a prestar depoimento). "Nós precisamos reinquirir algumas pessoas, para obter e esclarecer novas informações, e todo esse trabalho complementar deve ser entregue ao Ministério Público para analisar", esclarece.

Ricarte também não descartou o indiciamento de outras pessoas, sobretudo de Raimundo Leal e do secretário Sandro de Jesus, que assim como os quatro servidores, podem responder pelos delitos de incêndio criminoso e associação criminosa. Caso o indiciamento do prefeito se confirme, o inquérito deve ser encaminhado à Procuradoria Geral de Justiça (chefia do Ministério Público Estadual) e ao Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), pois os prefeitos municipais possuem foro privilegiado. O prefeito Raimundo Leal vem negando todas as acusações e atribuindo-as à crise política criada pela oposição no município.